



VIII PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO FORENSE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

INSTRUÇÕES

1. A duração das provas objetiva e subjetiva será de **04 horas**.
2. Logo no início das provas, verifique se seu caderno de provas contém 30(trinta) questões objetivas. Em caso negativo, informe imediatamente ao fiscal de sala. Reclamações posteriores não serão aceitas.
3. Ao receber as provas objetiva e subjetiva, deverá o candidato preencher nos campos adequados, seu nome e número de inscrição, evitando rasuras.
4. Não serão permitidas consultas à legislação ou a qualquer outro material de apoio.
5. Tome cuidado ao preencher a folha de gabarito, pois esta é **insubstituível**.
6. A prova subjetiva consistirá na elaboração de respostas a 02 questões – 01 de Direito Civil e 01 de Direito Penal. Cada resposta deverá ter no mínimo 20(vinte) e no máximo 30(trinta) linhas.

BOA SORTE!

Fevereiro
2013



VIII PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO FORENSE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

1ª ETAPA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” (art. 2º da Constituição Federal). Segundo Maria Helena Diniz, trata-se de norma constitucional:

- a) supereficaz ou com eficácia absoluta.
- b) com eficácia plena.
- c) com eficácia relativa restringível.
- d) com eficácia relativa complementável.

2. O art. 14 da Constituição Federal determina que “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:”

- a) plebiscito, comícios e partidos políticos.
- b) plebiscito, comícios e referendo.
- c) plebiscito, comícios e iniciativa popular.
- d) plebiscito, referendo e iniciativa popular.

3. Acerca da Constituição e suas concepções (sentidos), assinale a afirmativa correta:

- a) Ferdinand Lassalle atribuiu à Constituição sentido político ao estabelecer que tal documento deve descrever rigorosamente a realidade política do país, sob pena de não ter efetividade, tornando-se uma mera folha de papel.
- b) De acordo com a Teoria Pura do Direito (Hans Kelsen), Constituição Material consiste no conjunto de normas jurídicas que só podem ser modificadas mediante a observância de prescrições especiais, que têm por objetivo dificultar a modificação destas normas.
- c) Carl Schmitt concebe a Constituição no sentido político, pois para ele Constituição é fruto da “decisão política fundamental” tomada em determinado momento.
- d) Segundo Hans Kelsen, a Constituição, no sentido sociológico, consiste na norma fundamental hipotética, pressuposta e não posta pela autoridade.

4. Sobre o poder constituinte derivado, é correto afirmar:

- a) A matéria constante de proposta de Emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá ser objeto de nova proposta, na mesma sessão legislativa, mediante iniciativa da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- b) O poder constituinte derivado pode alterar os procedimentos de reforma da constituição.
- c) No Brasil, o poder constituinte derivado reformador apresenta-se através de Emendas Constitucionais, as quais são discutidas e votadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e, depois de aprovadas, são promulgadas pela Mesa do Congresso Nacional, com o respectivo número de ordem.
- d) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembléias Legislativas das Unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

5. Independentemente da situação financeira do interessado, a Constituição Federal determina a gratuidade:

- a) do registro civil de nascimento.
- b) da certidão de óbito.
- c) da celebração do casamento civil.
- d) da ação popular, ainda que o autor tenha agido de má-fé.

DIREITO CIVIL

6. Quanto à capacidade civil, pode-se afirmar que:

- a) Os menores de 18 anos são absolutamente incapazes para exercer pessoalmente qualquer da vida civil;
- b) Os pródigos são incapazes relativamente a certos atos;
- c) São relativamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade;
- d) Os menores de 16 anos podem contratar sem que haja vício de vontade.

7. Consoante dicção da lei civil vigente, “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem,



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Sendo assim, considere as proposições abaixo e assinale a CORRETA:

- a) Não são acumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato, dado que uma exclui a outra;
- b) Não caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado, muito mais quando o cheque é de pequeno valor;
- c) A pessoa jurídica jamais pode sofrer dano moral;
- d) A instituição bancária pode recusar-se ao pagamento de título que lhe for apresentado. Entretanto, a simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.

8. Em relação aos alimentos, marque a alternativa FALSA:

- a) Os alimentos gravídicos são fixados a partir de indícios de paternidade, sopesando-se necessidades e possibilidades;
- b) Na falta de ascendentes e descendentes, a obrigação alimentar cabe aos irmãos germanos ou unilaterais;
- c) Pode o credor renunciar o direito a alimentos decorrentes do poder familiar;
- d) Em relação ao idoso, a obrigação alimentar é solidária, podendo o credor optar entre os prestadores.

9. Relativamente à disciplina dos contratos no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A proposta deixa de ser obrigatória se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente;
- b) Os princípios de probidade e boa-fé têm vez apenas na conclusão do contrato;
- c) Os contratos de adesão são previstos apenas pelo Código de Defesa do Consumidor;
- d) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, ainda que o proponente tenha se comprometido a esperar resposta.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

10. Em relação às medidas de proteção e socioeducativas previstas no ECA, assinale a opção **CORRETA**:

- a) As medidas de proteção podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sendo proibida a sua substituição após aplicada;



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

- b) Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar à criança, dentre outras, as seguintes medidas: advertência, liberdade assistida e internação;
- c) A obrigação de reparar o dano à vítima não constitui medida socioeducativa;
- d) Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá três anos.

11. De acordo com as disposições do ECA sobre adoção, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando;
- b) A guarda de fato, dispensa, por si só, o estágio de convivência;
- c) O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos;
- d) A morte dos adotantes não restabelece o poder familiar dos pais naturais.

12. Assinale a opção **CORRETA** no que se refere à família substituta:

- a) A colocação em família substituta é medida excepcional, tendo, toda criança ou adolescente, o direito de ser criado e educado no seio de sua família;
- b) A colocação em família substituta pode ocorrer através de guarda, tutela, curatela ou adoção;
- c) O deferimento da guarda pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar;
- d) A tutela destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de adoção, exceto no de adoção por estrangeiro.

DIREITO DO CONSUMIDOR

13. De acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) O Código de Defesa do Consumidor contém normas de ordem pública, mas, ainda assim, é impossível sua aplicação retroativa; porém, o STJ



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

entende ser possível sua aplicação nos contratos de execução diferida e prazo indeterminado celebrados anteriormente à vigência do CDC;

b) O CDC equipara ao consumidor a coletividades de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervendo nas relações de consumo; todas as vítimas de danos ocasionados pelo fornecimento de produto ou serviço defeituoso; e, todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas comerciais ou contratuais abusivas;

c) Os conceitos de “vulnerabilidade” e “hipossuficiência” não se confundem, sendo o primeiro de ordem processual com aplicação casuística, enquanto o segundo é um fenômeno do direito material com presunção absoluta;

d) A inversão do ônus da prova, prevista no art. 6, VIII, do CDC é de aplicação *ope judicis*, ou seja, depende de manifestação expressa do juiz.

14. Com referência aos contratos de consumo e às normas protetivas do CDC, assinale a opção **CORRETA**:

a) A revisão contratual em razão de fato superveniente que torne a sua execução excessivamente onerosa, não exige que o fato superveniente seja imprevisível e extraordinário;

b) Se um supermercado advertir, previamente, o usuário de seu estacionamento gratuito que não se responsabiliza pelos valores e objetos pessoais deixados dentro do veículo, não haverá obrigação de indenizar;

c) É permitida a inserção de cláusula contratual que conceda ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor;

d) A garantia contratual exclui a legal, se for formalizada através de termo escrito e contenha dados claros quanto à forma e o prazo em que será exercida.

ESTATUTO DO IDOSO

15. De acordo com o Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03), é **INCORRETO** afirmar:

a) O idoso goza de proteção integral;

b) As instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso terão direito à assistência judiciária gratuita;

c) Aos idosos que não possuam meios de prover a sua subsistência nem tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

d) O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

16. Quanto ao disposto no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03) acerca do Direito ao Transporte, é **CORRETO** afirmar:
- a) Aos maiores de 60 (sessenta anos) fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos;
 - b) Para garantir a gratuidade no transporte público urbano e semiurbano, o idoso deve se cadastrar no órgão municipal responsável pela fiscalização do transporte público;
 - c) No sistema de transporte interestadual é assegurada a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idoso com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos;
 - d) É assegurada a reserva para o idoso de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, sendo irrelevante o posicionamento destas.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

17. É **CORRETO** afirmar que constitui função institucional da Defensoria Pública:
- a) O exercício da defesa de direitos e interesses individuais e individuais homogêneos, mas não de direitos e interesses coletivos ou difusos.
 - b) O exercício da ampla defesa e do contraditório, em processos administrativos e judiciais, em favor das pessoas naturais, mas não das pessoas jurídicas.
 - c) O acompanhamento de todos os inquéritos policiais, inclusive quando o preso já houver constituído advogado.
 - d) O patrocínio da ação penal privada, inclusive da subsidiária da pública.
18. Quanto às prerrogativas dos membros das Defensorias Públicas, é **INCORRETO** afirmar:
- a) É assegurado aos defensores públicos a representação da parte independente de mandado, porém, o mesmo deve ser apresentado quando a lei exige poderes especiais.
 - b) Os defensores podem ter vista pessoal dos processos judiciais a qualquer tempo, desde que o façam dentro dos cartórios e secretarias.
 - c) Aos defensores é permitido o lançamento de manifestação em autos administrativos ou judiciais através de cotas.
 - d) A intimação dos defensores em processos judiciais e administrativos deve ser pessoal, inclusive, quando necessário, com entrega dos autos com vista.

DIREITO PENAL

19. O fato típico, segundo visão finalista (Rogério Greco), é composto dos seguintes elementos, exceto:

- a) conduta dolosa ou culposa, comissiva ou omissiva.
- b) resultado.
- c) nexos de causalidade entre conduta e o resultado.
- d) imputabilidade.

20. São teorias que têm como escopo a determinação do lugar do crime, exceto:

- a) teoria finalista da ação.
- b) teoria da atividade.
- c) teoria do resultado.
- d) teoria mista ou da ubiquidade.

21. Pela redação do art. 18, I, do Código Penal Brasileiro, podemos concluir, ao contrário de Damásio e na esteira de Cesar Bitencourt e Rogério Greco, que o Código Penal adotou, a respeito do dolo, as seguintes teorias:

- a) da vontade e da probabilidade.
- b) da vontade e do assentimento.
- c) do assentimento e da representação.
- d) da probabilidade e da representação.

22. Na culpa consciente, o agente:

- a) não prevê o resultado, embora este seja previsível.
- b) conscientemente aceita e admite o risco de produzir o resultado.
- c) embora prevendo o resultado, acredita sinceramente na sua não ocorrência.
- d) embora não queira diretamente o resultado, assume o risco de vir a produzi-lo.

PROCESSO CIVIL

23. Em relação ao tema da competência, é **CORRETO** afirmar:

- a) Prorroga-se a incompetência absoluta se o réu não suscitar a exceção de incompetência.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

- b) O foro competente para a propositura da ação de alimentos é aquele da residência ou domicílio do alimentante.
- c) Há conflito de competência tanto quando dois ou mais juízes se declaram competentes para processar a causa quanto na hipótese daqueles se declararem incompetentes.
- d) A incompetência relativa deve ser declarada de ofício.

24. Lurdinha ingressará com ação de indenização por danos materiais e morais contra o Dr. Saraiva em virtude de erro médico que a obrigou a realizar nova cirurgia. Pretende apresentar como testemunha o psicanalista Fred, que atende ao Dr. Saraiva e a quem o médico teria relatado o esquecimento de um instrumento cirúrgico dentro do corpo de Lurdinha. Pretende, ainda, trazer aos autos outras provas testemunhais e documentais, bem como solicitar perícia. Considerando o caso, assinale a afirmação **INCORRETA**:

- a) Se Lurdinha ou o Dr. Saraiva apresentarem testemunhas suspeitas ou impedidas, elas poderão ser ouvidas, mas não prestarão o compromisso de dizer a verdade sobre o que for perguntado.
- b) Caso o Dr. Saraiva resolva confessar os graves fatos a si imputados, só poderá fazê-lo judicialmente, sendo vedada a confissão extrajudicial.
- c) O juiz pode dispensar ou indeferir a prova pericial se entender que a mesma é desnecessária frente às outras provas já produzidas.
- d) Fred não é obrigado a depor sobre fatos a respeito dos quais, em razão de sua profissão, deva guardar sigilo.

25. Raimunda ingressou com ação de divórcio contra Ribamar, apresentando nos autos o endereço do mesmo. Estando no local por duas vezes para cumprir a diligência de citação, o oficial primeiro certificou que o demandado não se encontrava naquele momento, depois, que o mesmo mudara para o interior do estado. Em relação à situação descrita, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Se Ribamar se encontra em lugar incerto e desconhecido, Maria pode requerer sua citação editalícia.
- b) Se houver suspeita de que Ribamar está se escondendo para evitar a citação, esta pode ser realizada por hora certa.
- c) Ribamar não pode comparecer voluntariamente ao processo, se fazendo necessário o procedimento formal de citação.
- d) Ainda que Ribamar seja revel citado por edital ou por hora certa, não pode ficar sem defesa, a qual deve ser realizada por Curador Especial.

26. Em relação aos recursos, é **CORRETO** afirmar:

- a) O Agravo Retido permite a reforma da decisão controversa pelo juízo que a proferiu.
- b) Os Embargos de Declaração não interrompem o prazo para interposição de outros recursos.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

- c) Cabe Agravo de Instrumento contra a sentença que homologar a divisão ou a demarcação.
- d) A Apelação será sempre recebida no efeito suspensivo, mas não no devolutivo.

PROCESSO PENAL

27. São características do Inquérito Policial, EXCETO:

- a) Discricionariedade;
- b) Indisponibilidade;
- c) Sigilosidade (externa);
- d) Indispensabilidade.

28. Nos crimes comuns, compete ao Superior Tribunal de Justiça – STJ processar e julgar, originariamente, o(s):

- a) Presidente do Banco Central;
- b) Os chefes de missão diplomática de caráter permanente;
- c) Membros dos Tribunais de Contas dos Municípios;
- d) Juízes federais.

29. A respeito das prisões cautelares no Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A prisão em flagrante é medida pré-cautelares que pode ser feita por qualquer pessoa do povo e deve ser realizada pela autoridade policial, cujo controle jurisdicional se dá em momento imediatamente posterior, com o juiz relaxando a prisão, convertendo-a em preventiva, ou concedendo liberdade provisória, sempre de forma fundamentada.
- b) Nas prisões cautelares, a provisionalidade é um princípio básico, pois são elas, acima de tudo, situacionais, na medida em que tutelam uma circunstância fática. Uma vez desaparecido o suporte fático legitimador da medida, deve cessar a prisão.
- c) O chamado flagrante *provocado* é ilegal e ocorre quando é criada uma situação fática de flagrância delitiva para (tentar) legitimar a prisão. Exemplo típico é o enxerto de substâncias entorpecentes (ou armas) para, a partir dessa posse falsamente criada, realizar a prisão (em flagrante) do agente.
- d) A prisão preventiva pode ser decretada no curso da investigação preliminar ou do processo, inclusive após a sentença condenatória recorrível. Ademais,



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

mesmo na fase recursal, se houver necessidade real, poderá ser decretada a prisão preventiva (com fundamento na garantia da aplicação da lei penal).

30. No Processo Penal, a respeito do procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida, assinale a opção CORRETA:

- a) Encerrada a votação do crime doloso contra a vida – e tendo sido ele apreciado pelos jurados, sem que tenha sido desclassificado para delito de competência diversa do júri –, será seguida a sequência da votação dos crimes conexos pelo mesmo Conselho de Sentença. Em caso de mais de um acusado, a votação será tomada a começar pelo que teve participação de maior importância.
- b) Considere que o Ministério Público imputou ao acusado homicídio qualificado por motivo fútil, descrevendo os fatos na denúncia, mas, no momento de pedir a pronúncia, formulou pedido apenas pelo homicídio simples, esquecendo-se de mencionar a qualificadora. Nesse caso, por se tratar de errônea classificação do crime, o juiz não poderá, sem que haja aditamento da denúncia, pronunciar o réu por homicídio qualificado.
- c) Quando o juiz, por ocasião da pronúncia, se convencer, pela prova colhida no processo, da existência de circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena, deverá impronunciar o réu.
- d) A competência para o processo e julgamento do crime de roubo seguido de morte (latrocínio) é do Tribunal do Júri e não do juiz singular.



VIII PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO FORENSE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

2ª ETAPA

QUESTÃO DISCURSIVA CÍVEL:

João está preocupado. Vive há dez anos com Maria de Jesus e agora ela quer casar. João conta que possui duas casas. A primeira, na qual vivem, comprada antes mesmo de conhecer a companheira. A segunda, alugada para um parente, foi adquirida através de financiamento bancário há três anos e ainda não foi quitada. Do relacionamento, nasceram dois filhos, com 8 e 5 anos de idade. João quer saber quais as diferenças entre a união estável e o casamento e o que muda na sua vida com a celebração do matrimônio. Para isso, procurou a Defensoria Pública a fim de obter orientação jurídica. Ajude-o. **(mínimo de 20 e máximo de 30 linhas)**

QUESTÃO DISCURSIVA PENAL:

Atendo-se ao estudo do Princípio da Culpabilidade Penal, defina culpabilidade como elemento integrante do conceito analítico de crime. **(mínimo de 20 e máximo de 30 linhas)**



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

**VIII PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO FORENSE DA DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**

2ª ETAPA

NOME DO CANDIDATO: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____

**Obs: O candidato deve preencher seu nome e nº de inscrição apenas nesta
folha.**



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

QUESTÃO DISCURSIVA CÍVEL

01 _____

02 _____

03 _____

04 _____

05 _____

06 _____

07 _____

08 _____

09 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

QUESTÃO DISCURSIVA PENAL

01 _____

02 _____

03 _____

04 _____

05 _____

06 _____

07 _____

08 _____

09 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

RASCUNHO